



## Como a tecnologia ajuda a gerenciar a inadimplência nos negócios?

Tiago Anjos (\*)

Infelizmente, a inadimplência é uma realidade no meio empresarial

De acordo com dados do Serasa Experian, o Brasil registrou o recorde de empresas inadimplentes em 2023. Ao todo, foram constatadas 6,64 milhões de organizações nessa categoria, totalizando um crescimento de 4,79%.

Tendo em vista esse cenário desafiador, cabe às companhias a missão de buscarem alternativas que ajudem nesse processo e, quanto a isso, a tecnologia é uma importante aliada. Enfrentar a inadimplência não é, de longe, uma tarefa simples, ainda mais, para o credor.

Após esgotar todas as alternativas para viabilizar acordos para o pagamento das dívidas, existem opções para ajudar na recuperação do valor, sendo os mais utilizados o protesto em cartório, em que é estabelecido um registro público do cliente que está inadimplente, e por vias bancárias, podendo ser utilizados cheques, carnês, notas promissórias, boletos, contratos, entre outros.

Por sua vez, mesmo que esses dois recursos sejam os mais utilizados, ambos possuem suas especificidades. No caso do cartório, o protesto deve ser realizado na região em que o devedor está localizado, algo que, dependendo da distância, exige gastos e logística com deslocamentos. Já o recurso bancário, embora considerado prático por muitos, não oferece visibilidade de todo o processo, só constando quando os pagamentos são feitos.

Ou seja, considerando o atual ritmo das organizações e o avanço da geolocalização que permite viabilizar negócios em diversas partes do país, torna-se inviável oficializar pedidos de inadimplência utilizando apenas tais recursos como os únicos meios para a tentativa de reaver o valor que está em débito.

Deste modo, as empresas têm a missão de buscar

métodos que as auxiliem a ganhar agilidade nesse processo, aliado ao melhor custo-benefício. Nessa jornada, contar com o apoio da tecnologia é uma excelente alternativa, visto que ela permite incluir uma gama de recursos na ferramenta de gestão utilizada, dentre eles, o gerenciamento da inadimplência.

Isso é, tendo em vista que essa é uma realidade que afeta empresas de todos os portes, incluindo as pequenas e médias que, ainda de acordo com o Serasa Experian, representam 88% dos negócios inadimplentes no país, fazer uso de um sistema que apoia no processo de cobrança e protestos facilita para uma maior visualização e controle.

O uso da tecnologia tem a habilidade de simplificar e agilizar este processo, seja via cartório ou bancário, dando maior assertividade e previsibilidade do retorno. Na prática, isso agrega na maior redução de custo, visto que evita deslocamentos, taxas externas e, principalmente, a burocracia. Além disso, a própria organização pode servir de exemplo para os clientes, considerando sua eficiência para administrar tais casos.

Sendo assim, é crucial que as organizações, na hora de implementar um sistema de gestão para as finanças, considerem as soluções que já contenham esses recursos disponíveis, visando uma maior eficiência em casos de inadimplência. Do contrário, essa ausência pode refletir no gasto de tempo e dores de cabeça que poderiam facilmente ser desburocratizados.

A inadimplência não é algo fácil, mas com o apoio dos recursos corretos, pode ser solucionada com eficiência e transparência. Deste modo, o quanto antes as empresas se atentarem neste aspecto, melhores poderão ser os resultados e benefícios.

Afinal, lidar com empresas inadimplentes exige medidas inteligentes.

(\*) - É Product Owner do Grupo Skill (<https://grupossil.com.br/>).

# Desafios da proteção de dados e a fraude na saúde

Entidades do setor, como a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), têm divulgado amplamente informações sobre como utilizar corretamente o convênio médico, apontando situações de violação que podem levar o usuário a perder seu benefício ou responder a um processo criminal

Claudia Machado (\*)

Segundo o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), a partir de pesquisa realizada pela consultoria Ernst & Young (EY), R\$ 34 bilhões dos gastos das operadoras médico-hospitalares com contas e exames, em 2022, foram consumidos indevidamente por fraudes, como, por exemplo, reembolso sem desembolso, além de desperdícios com procedimentos desnecessários no país.

No ano passado, a imprensa deu um bom espaço para casos de empresas que demitiram colaboradores por justa causa. Essas demissões foram fundamentadas juridicamente por práticas fraudulentas, infração ética, quebra de confiança na relação de trabalho, violação das políticas internas, entre outros pontos.

E um questionamento ganhou a cena: como essas empresas tiveram conhecimento das ações envolvendo, inclusive, questões de saúde de seus funcionários? A utilização de informações sensíveis precisa acompanhar princípios legais de-



Bill Orford/CAPIVA

fendidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A legislação impõe que sejam considerados elevados padrões de segurança de informações pessoais. Porém, embora a LGPD imponha limitações ao acesso e ao uso de dados em saúde, existem métodos legais que as organizações do setor e as companhias podem adotar para gerenciar os planos de saúde e otimizar as suas operações.

As empresas contratantes de convênio médico, por exemplo, podem monitorar a utilização dos seus colaboradores e dependentes, é um método que passa pelo consentimento no uso dos dados. Porém, é importante ter

transparência e governança para implementar essa supervisão. É necessário que todos saibam o momento que essas informações serão utilizadas e compartilhadas.

Outro método que também pode ser adotado é a parceria das organizações de saúde com entidades autorizadas para acessar e processar determinadas informações dos beneficiários, sempre em conformidade com a LGPD.

Hoje, mesmo com essas possibilidades de gerenciamento do sistema, o setor de saúde está passando por um momento turbulento, com a sua sustentabilidade fortemente ameaçada. Por isso, o combate às fraudes

tem que ganhar cada vez mais espaço. Afinal, temos aí uma questão de bilhões de reais. As perdas prejudicam a sinistralidade, o desempenho das operadoras e impactam diretamente as mensalidades dos planos de saúde.

Entidades do setor, como a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), têm divulgado amplamente informações sobre como utilizar corretamente o convênio médico, apontando situações de violação que podem levar o usuário a perder seu benefício ou responder a um processo criminal. Por exemplo, emprestar carteirinhas, fraudar reembolsos, falsificar pedidos médicos, entre outros.

Alegar desconhecimento das regras do jogo já não cabe mais! Precisamos achar soluções para os desafios enfrentados na gestão de colaboradores e benefícios empresariais perante a LGPD.

(\*) - É VP de Benefícios da Howden Brasil, corretora especializada em seguros de alta complexidade, presente em mais de 50 países (<https://www.howdengroup.com/br-pt>).

## Fonte solar ultrapassa R\$ 195 bilhões de investimentos no país

O Brasil tem ampliado de forma significativa a posição de destaque na transição energética global, com a adição de 4 gigawatts (GW) da fonte solar na matriz elétrica neste primeiro trimestre do ano, somando as grandes usinas solares e os sistemas de geração própria de energia em telhados, fachadas e pequenos terrenos, segundo balanço da Associação Brasileira de Energia fotovoltaica (Absolar).

De acordo com a entidade, a tecnologia fotovoltaica acaba de ultrapassar a marca de 41 GW de potência instalada desde 2012 e mais de R\$ 195 bilhões em novos investimentos, que geraram mais de 1,2 milhão de empregos verdes no país. Atualmente, a participação da fonte solar equivale a 17,4% da matriz elétrica brasileira e contribui cada vez mais para o protagonismo do Brasil na geopolítica de descarbonização das economias.

Somente no segmento de geração centralizada, as grandes usinas solares acabam de atingir 13 GW de potência no país, com cerca de R\$ 56 bilhões em investimentos acumulados e mais de 391 mil empregos verdes gerados.

Com os 4 GW adicionados este ano, incluindo a geração distribuída, a fonte solar contribui para diversificar a matriz elétrica nacional e suprir a demanda nos horários de maior consumo de eletricidade pela sociedade. Adicionalmente, pelos cálculos da ABSOLAR, o setor fotovoltaico já evitou a emissão de 50,1 milhões de toneladas de CO2 na geração de eletricidade.

De acordo com a entidade, desde 2012, os negócios no setor fotovoltaico garantiram mais de R\$ 58,6 bilhões em arrecadação aos cofres públicos. Para o presidente do Conselho de Administração da Absolar, Ronaldo Koloszuk, a ascensão brasileira na transição energética global é calçada majoritariamente pela expansão da geração solar fotovoltaica. "O ganho de escala, o aumento da eficiência e a evolução tecnológica de ponta fazem da energia solar



zincphotos/CAPIVA

um dos principais vetores da transformação sustentável no Brasil e no mundo", comenta.

Já o CEO da Absolar, Rodrigo Sauaia, ressalta que a transição energética, com o protagonismo da tecnologia fotovoltaica, contribui fortemente para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, em todas as esferas da sociedade. "Além de acelerar a descarbonização das atividades econômicas e ajudar no combate ao aquecimento global, a fonte solar tem papel cada vez mais estratégico para a competitividade dos setores produtivos, independência energética e prosperidade das nações", explica.

No segmento de geração distribuída de energia, são 28 GW de potência instalada da fonte solar. Isso equivale a cerca de R\$ 139,2 bilhões em investimentos, R\$ 41,7 bilhões em arrecadação e mais de 841 mil empregos verdes acumulados desde 2012, espalhados pelas cinco regiões do Brasil. A tecnologia solar é utilizada atualmente em 99,9% de todas as conexões de geração distribuída no país, liderando com folga o segmento. - Fonte: (<https://www.absolar.org.br>).